

Canal Energia – 22/10/2007

Acende Brasil: risco de racionamento cai para 14% em 2011

No entanto, **Instituto** chama atenção para aumento do risco em 2008 e 2009 provocado pela falta de gás natural

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Consumidor

O **Instituto Acende Brasil** divulgou nesta segunda-feira, 22 de outubro, a 3ª edição do Programa Energia Transparente. O estudo aponta que o risco de decretar racionamento caiu de 28%, para 14% no ano de 2011 no cenário de referência. Este quadro trabalha com crescimento anual de 4,8% do PIB e de 5,3% da demanda. Segundo Mário Veiga, fundador da PSR Consultoria, medidas tomadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico e o último leilão A-3 contribuíram com a situação.

O consultor, porém, advertiu que o atendimento pleno do mercado depende da entrada do gás natural liquefeito no cronograma previsto pela Petrobras. "A empresa tem as unidades de regaseificação, mas não os contratos de fornecimento do GNL", salienta. O estudo mostra uma falta de 2,2 mil MW médios em 2011, contra previsão anterior de 3,1 mil MW médios. A redução foi causada pelo leilão A-3 que contratou 1,3 mil MW médios, que aconteceu em julho.

Porém, o ONS reconheceu no Plano Mensal de Operação deste mês o atraso na entrega de 400 MW médios no início de operação de usinas. Ou seja, há a entrada líquida de 900 MW médios prevista para 2011. O montante de 2,2 mil MW médios poderá ser contratada no leilão A-3 previsto para 2008. "Para 2011, ainda há tempo para a construção das usinas necessárias", pondera Veiga, da PSR, que elaborou o estudo para o **Instituto Acende Brasil**.

Claudio Sales, presidente do **Instituto Acende Brasil**, apresentou proposta para contornar a situação. Além do leilão A-3, a entidade propõe a realização de mais um leilão de fontes alternativas e a regulamentação da contratação de reserva prevista na lei 11.488, parte do Programa de Aceleração do Crescimento. Para ele, a contratação de reserva deveria ser feita por quem, supostamente, ficaria descontratado, no caso, os consumidores livres. "Isso porque as distribuidoras estão atendendo o mercado cativo", compara.

Sales argumenta que o estudo traz a sinalização necessária para combater os problemas apontados. "Ainda há tempo suficiente e opções para prevenir e corrigir os problemas potenciais", observa o executivo. Mario Veiga ressalta que o risco apresentado é estrutural, podendo ser contornado com a construção de usina e o cumprimento do Termo de Compromisso entre Petrobras e Agência Nacional de Energia Elétrica.

O estudo também decompôs o índice de risco de racionamento de 14% pelo grau de severidade, se implementado. A possibilidade de um corte superior a 5% da demanda, em 2011, está em 6%; de 1% a 5%, está em 3,5%; e até 1% da demanda de 4,5%. Segundo **Sales**, as discrepâncias apontadas pelos dados do governo e do **Instituto** são de metodologia.

2008 e 2009 - Apesar do alívio em 2011 e 2010, que viu o risco cair de 11,6% para 8%, a preocupação se voltou para um futuro mais próximo 2008 e 2009 nos quais a possibilidade de decretar racionamento ficou em 9% e 8%, contra, respectivamente, 5% e 6,5% na edição anterior do do Programa Energia Transparente. O buraco da energia firme para esses anos ficou em 2,6 mil MW médios e 1,9 mil MW médios.

De acordo com Veiga, a deterioração ocorreu porque há restrições no gás natural vindo de Bolívia e Argentina e na produção interna. "Esses dois anos dependem do cronograma de entrega do GNL pela Petrobras", avisa o consultor. O termo de compromisso também é importante para a garantia do abastecimento, já que, segundo ele, não há tempo para construção de novas usinas.

Veiga, contudo, pondera que o atendimento da demanda nos próximos dois anos vai depender das chuvas desse período chuvoso entre este mês e março de 2008. Ele disse que a próxima edição do programa, prevista para o final de janeiro, terá mais claro esse cenário. "O atendimento da carga será feito se chover o suficiente para encher os reservatórios", afirma.